ISSN: 2358-8829

ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA: O PROTAGONISMO INDÍGENA E AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Bruna dos Santos Prata [1]
Mayara Layana Jansen Sodré [2]
Kelly Lopes de Carvalho dos Santos [3]
Eulina Maria Leite Nogueira [4]

INTRODUÇÃO

A presença dos povos indígenas nas universidades brasileiras está relacionada a processos históricos de luta por direitos, reconhecimento e participação em espaços educacionais dos quais foram sistematicamente excluídos. A ampliação das políticas de ações afirmativas contribuiu para modificar esse cenário, favorecendo o ingresso de grupos historicamente afastados do ensino superior. Entretanto, a democratização universitária não pode ser compreendida apenas pelo número de estudantes que conseguem ingressar nas instituições. É necessário considerar também as condições concretas de permanência, a participação nas decisões institucionais e o reconhecimento dos conhecimentos produzidos pelos diferentes povos.

O acesso constitui uma dimensão fundamental do direito à educação, mas não assegura, isoladamente, condições materiais para a continuidade dos estudos. Moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros, acompanhamento acadêmico e respeito às identidades culturais fazem parte das condições que atravessam a experiência universitária. Quando essas dimensões não são contempladas pelas políticas institucionais, a ampliação do ingresso pode coexistir com dificuldades para permanecer e concluir a formação.

No contexto amazônico, essa discussão assume particular relevância diante da diversidade dos povos indígenas, dos deslocamentos territoriais necessários para estudar

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Email: brunaprata05@gmail.com

[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação de Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Email: jansen.mayara.mj@gmail.com

[3] Mestranda do Programa de Pós-graduação de Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Email: Kelly.carvalho@prof.am.gov.br

[4] Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), eleite@ufam.edu.br

e das condições sociais e econômicas que atravessam as trajetórias acadêmicas. Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o debate sobre ações afirmativas e permanência indígena precisa considerar tanto as políticas institucionais quanto as reivindicações apresentadas pelos próprios estudantes, lideranças e movimentos indígenas.

É nesse cenário que se insere o II Puxirum Acadêmico da UFAM, encontro que reuniu lideranças indígenas, estudantes, docentes e representantes da gestão universitária para discutir o protagonismo indígena e as políticas afirmativas. O termo *puxirum*, conforme registrado no diário de campo, remete ao trabalho coletivo realizado para construir algo em comunidade. A proposta do encontro de organizar o debate de maneira circular, em contraposição à rigidez dos formatos institucionais tradicionais, evidenciou a intenção de construir um espaço de diálogo e articulação coletiva.

Os registros desse encontro possibilitaram identificar reivindicações relacionadas à assistência estudantil, à participação dos povos indígenas nas decisões universitárias e à valorização de seus conhecimentos. Também revelaram tensões entre o reconhecimento institucional da importância das ações afirmativas e os desafios para transformar esse reconhecimento em condições concretas de inclusão.

Diante disso, o artigo tem como objetivo analisar as contradições entre acesso, permanência e protagonismo indígena no ensino superior a partir das experiências e discussões registradas durante o II Puxirum Acadêmico da UFAM. Buscou-se compreender como as reivindicações apresentadas no encontro permitem refletir sobre os limites das políticas de democratização universitária e sobre a necessidade de reconhecer os estudantes indígenas como sujeitos políticos e produtores de conhecimento.

A relevância desta reflexão está em contribuir para o debate sobre a democratização do ensino superior na Amazônia, tomando como ponto de partida as questões registradas em um espaço de diálogo entre universidade e movimentos indígenas. Não se pretende generalizar as experiências relatadas para todos os estudantes indígenas da UFAM, mas analisar as contradições e demandas que emergiram nesse encontro e que podem contribuir para novas investigações.

METODOLOGIA

O artigo caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter reflexivo-analítico, elaborado a partir de registros em diário de campo referentes à participação no II Puxirum Acadêmico da UFAM, realizado em 10 de junho. O diário constitui a fonte principal da análise e reúne anotações sobre as discussões, as reivindicações apresentadas, as falas registradas e as reflexões produzidas durante o encontro.

O material foi organizado em três eixos temáticos: condições materiais de permanência; protagonismo indígena e participação nas políticas afirmativas; e reconhecimento dos conhecimentos indígenas na universidade. Essa organização permitiu aproximar os registros do evento das discussões sobre democratização do ensino superior, sem perder de vista as particularidades das situações observadas.

A interpretação fundamenta-se no Materialismo Histórico-Dialético, compreendendo a realidade social como histórica, dinâmica e contraditória. Essa perspectiva possibilita examinar as políticas de inclusão em relação às condições materiais de existência, às relações sociais e às contradições presentes nas instituições. Conforme Konder (2008), a dialética oferece elementos para compreender a realidade para além de sua aparência imediata, considerando as relações e contradições que participam de sua constituição.

É importante esclarecer que os registros do diário constituem a base empírica deste artigo. As interpretações desenvolvidas representam uma leitura analítica dessas anotações, e não resultados de entrevistas sistemáticas com os participantes ou de uma avaliação institucional abrangente. As falas são reproduzidas conforme o material disponível, sem atribuição de nomes.

Por se tratar da análise de um evento específico, as reflexões não pretendem representar a totalidade das experiências dos estudantes indígenas da UFAM. O propósito é sistematizar questões que emergiram no encontro e discutir suas implicações para a democratização universitária no contexto amazônico.

3 ACESSO, PERMANÊNCIA E PROTAGONISMO INDÍGENA NA UFAM

3.1 Condições materiais de permanência: os limites da inclusão pelo acesso

Uma das questões centrais registradas durante o II Puxirum Acadêmico foi a necessidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes indígenas. Entre as reivindicações apresentadas, destacou-se a criação de uma Casa do Estudante Indígena,

considerando que muitos acadêmicos se deslocam de seus territórios acompanhados de familiares. Segundo as anotações do diário, os formatos de assistência existentes nem sempre contemplam essas configurações familiares.

Essa reivindicação chama a atenção para uma dimensão frequentemente secundarizada no debate sobre democratização do ensino superior: as condições materiais necessárias para que o estudante consiga continuar sua formação. O deslocamento para estudar pode envolver mudanças na organização familiar, afastamento do território de origem, despesas com moradia e alimentação e necessidade de conciliar as exigências acadêmicas com responsabilidades familiares e comunitárias.

Nesse contexto, a demanda por uma Casa do Estudante Indígena não deve ser interpretada apenas como solicitação de infraestrutura. Ela expressa a necessidade de uma política de permanência que considere as condições concretas de vida dos estudantes e as especificidades apresentadas por eles. Quando os instrumentos de assistência não contemplam determinadas configurações familiares, podem surgir obstáculos adicionais à continuidade dos estudos.

A Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023, constitui um marco das políticas de reserva de vagas nas instituições federais de ensino. Entretanto, a existência de uma política de ingresso não elimina a necessidade de ações articuladas para garantir a permanência dos estudantes contemplados. A democratização exige que as instituições examinem não apenas quem consegue ingressar, mas também quais condições são oferecidas para que diferentes grupos possam acompanhar as atividades acadêmicas e concluir sua formação.

Menezes et al. (2021), ao analisarem as ações afirmativas para os povos indígenas na UFAM, contribuem para contextualizar essa questão no âmbito da própria universidade. Em diálogo com essa discussão, as reivindicações registradas no Puxirum mostram a importância de examinar se os recursos, os serviços e os procedimentos institucionais respondem às necessidades apresentadas pelos estudantes indígenas.

Calegare e Sales (2023), ao abordarem experiências de permanência de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação da UFAM, também contribuem para compreender que os desafios da continuidade acadêmica não se encerram no momento do ingresso. Embora o estudo se refira a uma etapa específica da formação, sua discussão reforça a relevância de observar as condições que atravessam as trajetórias universitárias.

Pela perspectiva histórico-dialética, essa situação expressa uma contradição: a universidade pode ampliar as oportunidades de ingresso de grupos historicamente excluídos e, simultaneamente, manter estruturas de assistência que não respondem integralmente às condições materiais desses estudantes. Essa contradição não invalida a importância das ações afirmativas; ao contrário, evidencia a necessidade de aprofundá-las e de avaliar seus efeitos concretos sobre a vida acadêmica.

A reivindicação por moradia específica também permite questionar a ideia de que a permanência depende exclusivamente do esforço individual. Embora a participação e o compromisso dos estudantes sejam importantes, não podem substituir a responsabilidade institucional de oferecer condições para o exercício do direito à educação. A continuidade dos estudos está relacionada a fatores sociais e econômicos que ultrapassam a vontade individual.

A demanda registrada no Puxirum aponta, portanto, para a necessidade de políticas de assistência construídas com a participação dos povos indígenas, considerando as formas de organização familiar, as relações territoriais e as condições concretas de deslocamento e vida universitária. A existência de uma política formal de acesso representa um avanço, mas sua efetividade precisa ser analisada em conjunto com as condições que possibilitam a permanência e a conclusão dos cursos.

3.2 Protagonismo indígena e participação nas políticas afirmativas

O II Puxirum Acadêmico constituiu um espaço de manifestação política e reivindicação do protagonismo indígena na universidade. O próprio formato do encontro, organizado em redes e com proposta de debate circular, foi apresentado no diário como uma tentativa de construir coletivamente políticas afirmativas junto aos povos indígenas. Essa forma de organização é significativa porque desloca a discussão de um modelo em que a instituição fala sobre os povos indígenas para outro em que suas lideranças e seus representantes participam diretamente da formulação das demandas.

O diário também registra a presença do COLIND (Colegiado Indígena), como facilitador da atuação do MEIAM (Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas), movimento que, segundo as anotações, surgiu em 2024 em um contexto de isolamento e redução do número de estudantes. Embora os registros não permitam detalhar toda a trajetória dessas organizações, a referência evidencia a importância das redes de articulação para a mobilização indígena no espaço universitário. A construção de políticas

afirmativas aparece, nesse sentido, vinculada não apenas às decisões administrativas, mas também à capacidade de organização coletiva dos sujeitos interessados.

A mesa-redonda intitulada “Protagonismo indígena na universidade e políticas afirmativas: a importância desse lugar estratégico para o fortalecimento do movimento” reuniu lideranças, gestores e docentes para discutir o papel da universidade na garantia de direitos e na formação de novas lideranças.

Uma das falas registradas no diário sintetiza a reivindicação de que os próprios povos indígenas ocupem os espaços de discussão sobre seus direitos: “*Os de sapato brilhoso não vão falar dos direitos indígenas, mas nós de sandália havaiana. Educação indígena é você, está dentro de você, pois somos território*”.

A fala questiona a concentração da autoridade de representação em sujeitos externos às comunidades indígenas. Ao afirmar que os próprios indígenas precisam falar sobre seus direitos, a liderança reivindica participação efetiva na produção das decisões e dos conhecimentos que dizem respeito a seus povos. A oposição entre “*sapato brilhoso*” e “*sandália havaiana*” pode ser interpretada, nesse contexto, como uma crítica à hierarquização social e institucional dos sujeitos autorizados a falar, representar e produzir conhecimento.

Essa manifestação também permite compreender que o protagonismo indígena não se resume à presença física na universidade. Trata-se de participar ativamente da definição das políticas, dos currículos e das práticas institucionais, reconhecendo os povos indígenas como sujeitos políticos capazes de formular propostas e avaliar as respostas oferecidas pela instituição.

Outro aspecto destacado no diário foi a atuação das famílias e das lideranças no incentivo à entrada dos jovens na universidade. A representante da Rede das Mulheres Indígenas enfatizou os esforços realizados para que a juventude adquira conhecimentos científicos e possa retornar aos territórios de origem para contribuir com suas comunidades. Essa perspectiva permite questionar interpretações que reduzem a trajetória universitária a um projeto exclusivamente individual, desconsiderando os compromissos coletivos que podem acompanhar a formação dos estudantes indígenas.

A presença das mulheres indígenas nesse processo merece atenção. O registro aponta para a participação de uma representante da Rede das Mulheres Indígenas na defesa do acesso à universidade e na valorização do papel das famílias e das lideranças. Gomes e Moraes Nina (2024), ao realizarem uma revisão de escopo sobre a presença de

mulheres indígenas nas universidades brasileiras, contribuem para ampliar essa discussão. Em diálogo com o encontro, seu estudo ajuda a situar a participação das mulheres indígenas no debate sobre presença universitária, ações afirmativas e desafios enfrentados na formação acadêmica.

As anotações registram ainda a defesa de uma postura institucional orientada pela necessidade de "*errar menos e reparar mais*". A expressão sugere que o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas deve ser acompanhado de respostas institucionais, em vez de permanecer restrito ao discurso. O vice-reitor, conforme o diário, manifestou compromisso com a entrada, a permanência e o avanço de estudantes negros, quilombolas e indígenas, inclusive para o mestrado e o doutorado.

Essas manifestações apontam para a importância de compreender a democratização como um processo que atravessa diferentes etapas da formação. A entrada na graduação é fundamental, mas a possibilidade de permanecer, concluir o curso e acessar a pós-graduação também precisa fazer parte das discussões sobre igualdade de oportunidades.

O diário registra igualmente a defesa de um processo seletivo específico para estudantes indígenas e da institucionalização de uma disciplina de Interculturalidade Indígena na UFAM. Essas propostas abrangem dimensões distintas, mas relacionadas, da democratização universitária. A primeira diz respeito às formas de ingresso e à adequação dos mecanismos institucionais às reivindicações apresentadas pelos povos indígenas. A segunda aponta para a dimensão curricular e para a necessidade de reconhecer a interculturalidade como parte da formação acadêmica.

Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, essa tensão pode ser compreendida como expressão de interesses, normas e condições institucionais que nem sempre convergem. O desafio consiste em analisar as políticas universitárias em suas contradições, considerando tanto os avanços conquistados quanto os limites que persistem em sua implementação.

O Puxirum, nesse sentido, mostrou a importância de criar espaços nos quais as demandas possam ser apresentadas diretamente à gestão. Contudo, a participação não deve se limitar à escuta pontual. Para que o protagonismo indígena se efetive, é necessário que estudantes, lideranças e organizações tenham condições de participar da formulação, implementação e avaliação das políticas que afetam suas trajetórias.

3.3 Conhecimentos indígenas e reconhecimento acadêmico

Outra questão relevante presente no diário de campo diz respeito ao reconhecimento dos conhecimentos indígenas no espaço universitário. As anotações registram críticas à dificuldade de incorporar saberes tradicionais e formas de produção de conhecimento às estruturas acadêmicas, especialmente quando a oralidade e as experiências coletivas precisam ser traduzidas para os formatos convencionais da escrita científica.

Essa discussão não significa que os conhecimentos indígenas estejam desprovidos de sistematização ou rigor. Ela suscita uma reflexão sobre os critérios utilizados pelas instituições para reconhecer o que é considerado conhecimento legítimo e sobre a capacidade da universidade de acolher diferentes formas de produzir, transmitir e compartilhar saberes.

Baniwa (2023), ao discutir a relação entre intelectuais indígenas e a antropologia, contribui para problematizar as relações entre pesquisadores indígenas e os espaços acadêmicos de produção de conhecimento. Essa discussão é pertinente às questões registradas no Puxirum, especialmente às reivindicações por reconhecimento dos saberes e das pesquisas produzidas pelos próprios povos indígenas.

Na mesma direção, Luciano (2019), ao discutir a educação indígena e o manejo do mundo, oferece elementos para refletir sobre as relações entre educação, conhecimentos e modos de vida dos povos originários. Essas contribuições permitem compreender que a formação universitária precisa dialogar com as experiências e os conhecimentos indígenas, em vez de tratá-los como elementos externos ou secundários ao trabalho acadêmico.

Barbalho et al. (2025), ao analisarem a produção intelectual de acadêmicos indígenas na Amazônia, também contribuem para essa discussão. O estudo aborda a produção científica de pesquisadores indígenas da Região Norte e permite relacionar a ampliação da presença indígena nas universidades à possibilidade de diversificar as perspectivas presentes no campo científico.

Em diálogo com o Puxirum, essa discussão aponta para a necessidade de superar uma concepção de inclusão restrita à presença física ou ao registro estatístico dos estudantes. O reconhecimento acadêmico pressupõe condições para que pesquisadores indígenas desenvolvam seus trabalhos, expressem suas perspectivas e participem da definição das questões consideradas relevantes para a produção científica.

O diário registra a defesa da valorização da ciência produzida na Amazônia e a preocupação com a redução dos sujeitos indígenas a indicadores numéricos ou a registros formais de presença. A expressão "*pedaço de papel*", presente nas anotações, sintetiza essa inquietação: o reconhecimento burocrático de um estudante ou pesquisador não significa, necessariamente, que seus conhecimentos e contribuições sejam incorporados às práticas acadêmicas.

Essa questão permite distinguir duas dimensões da inclusão. A primeira é a presença institucional, que envolve o ingresso e o registro da participação dos estudantes. A segunda é a transformação das condições de produção e reconhecimento do conhecimento. Embora relacionadas, elas não são equivalentes. Uma universidade pode ampliar a diversidade de seu corpo discente sem modificar, na mesma proporção, os critérios e as práticas que definem quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos.

O diário registra ainda a reflexão de um docente indígena, originário do Mato Grosso do Sul, sobre o choque vivenciado ao se deslocar para uma cidade grande e sobre a percepção de que a estrutura acadêmica pode pressionar os sujeitos a se distanciarem de referências coletivas de suas comunidades. Essa experiência foi apresentada no encontro como uma tensão entre formas coletivas de compreender o mundo e práticas acadêmicas associadas ao individualismo.

É importante tratar esse relato como uma experiência situada, sem transformá-lo em descrição generalizada de todas as trajetórias indígenas. Ainda assim, ele permite questionar como as normas institucionais, os currículos e as práticas de produção científica podem entrar em tensão com diferentes experiências culturais e formas de organização social.

A questão central não é estabelecer uma oposição absoluta entre conhecimentos indígenas e conhecimentos científicos, mas problematizar as condições de diálogo entre eles e as relações de poder que atravessam seu reconhecimento. A universidade pode ampliar suas possibilidades de produção científica quando reconhece que diferentes experiências sociais e culturais contribuem para formular problemas, produzir interpretações e construir conhecimentos.

Pela perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, essas tensões precisam ser examinadas em relação às condições históricas e sociais que estruturam a universidade. A instituição não está separada das relações sociais existentes; suas normas e práticas também participam da definição de quais sujeitos, conhecimentos e experiências recebem

reconhecimento. Assim, as dificuldades relatadas no Puxirum não devem ser atribuídas exclusivamente a problemas individuais de adaptação, mas analisadas também em relação às estruturas e aos procedimentos institucionais.

A valorização dos conhecimentos indígenas exige, portanto, mais do que inserir conteúdos específicos em atividades pontuais. Implica reconhecer pesquisadores indígenas como sujeitos da produção científica, ampliar o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e questionar práticas que dificultam sua participação em condições de igualdade.

Nesse sentido, a proposta de institucionalizar uma disciplina de Interculturalidade Indígena, registrada no diário, dialoga com a discussão sobre reconhecimento acadêmico. A proposta curricular pode representar uma oportunidade de ampliar o debate sobre os povos indígenas na universidade, embora sua efetividade dependa de como será construída, de quem participará de sua elaboração e de como os conhecimentos indígenas serão tratados no processo formativo.

A universidade democrática, portanto, não é apenas aquela que permite o ingresso de estudantes de diferentes origens, mas aquela que também se transforma diante de sua presença. Isso envolve reconhecer suas experiências, criar condições para a produção de conhecimento e garantir que a diversidade não seja apenas celebrada discursivamente, mas incorporada às práticas acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O II Puxirum Acadêmico possibilitou refletir sobre os desafios da democratização do ensino superior a partir das reivindicações e experiências compartilhadas pelos participantes. As discussões evidenciaram que a efetivação dos direitos dos estudantes indígenas requer o compromisso institucional com políticas de permanência e com a participação desses sujeitos nas decisões universitárias.

Conclui-se que o fortalecimento das ações afirmativas depende não apenas da ampliação das oportunidades de ingresso, mas também do enfrentamento das contradições que limitam sua efetividade. Nesse processo, reconhecer o protagonismo indígena significa considerar suas demandas, valorizar seus conhecimentos e construir, coletivamente, uma universidade mais democrática.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de compreender a permanência estudantil para além do acesso aos auxílios financeiros. As experiências compartilhadas apontam para a importância de políticas institucionais que considerem as particularidades socioculturais dos povos indígenas, suas formas de organização coletiva e as condições concretas que influenciam a continuidade da formação acadêmica.

Por fim, o Puxirum reafirma a importância dos espaços de diálogo e articulação entre estudantes, lideranças, docentes e gestores universitários. A construção de uma universidade efetivamente democrática exige que os povos indígenas sejam reconhecidos não apenas como beneficiários das políticas afirmativas, mas como sujeitos políticos e produtores de conhecimentos, capazes de participar ativamente da transformação da instituição.

Palavras-chave: Ensino superior; Estudantes indígenas; Ações afirmativas; Permanência estudantil; UFAM.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma? Um debate necessário. **Anuário Antropológico**, v. 48, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.4000/aa.10496.

BARBALHO, Celia Regina Simonetti et al. Las acciones afirmativas y la producción intelectual de los académicos indígenas en la Amazonía: una trayectoria arqueológica de la producción de conocimiento. **Biblios*:* Journal of Librarianship and Information Science**, 2025. DOI: https://doi.org/10.5195/biblios.2025.1262.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

CALEGARE, Marcelo; SALES, Thais de Negreiros. Relatos da permanência de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e255799, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392023-255799.

GOMES, Thalyta Juliana da Silva; MORAES NINA, Socorro de Fátima. A presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras: uma revisão de escopo. **Revista de Psicología**, v. 33, n. 2, p. 94–105, 2024. DOI: https://doi.org/10.5354/0719-0581.2024.71620.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para manejo do mundo. **Articulando e Construindo Saberes**, v. 4, 2019. DOI: https://doi.org/10.5216/racs.v4i0.59074.

MENEZES, Reinaldo Oliveira et al. Povos indígenas, educação superior e ações afirmativas na UFAM. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, e36591, 2021. DOI: https://doi.org/10.26512/lc27202136591.